

Análise da gestão de vacinas no SUS

Analysis of vaccine management in SUS

DOI: 10.47224/revistamaster.v8i15.465

Giullyana Florentina Belchior
Auriane Andrioli Silva
Beatriz de Assis Caetano
Danielly Ferreira Melo
Gabriela Echenique Amorim
César Antônio de Oliveira

e-mail: giullyana2010@hotmail.com

Resumo

Introdução: A vacina é um recurso essencial na prevenção contra diversas doenças e apesar de sua efetividade, existem diversos questionamentos sobre seus efeitos. No SUS existem diretrizes que buscam gerir políticas voltadas para adesão à vacinação. **Objetivo:** O presente artigo busca analisar a gestão da política de vacinação descrita na literatura. **Metodologia:** A metodologia utilizada foi a revisão de literatura, a busca foi realizada na base de dados do Google Acadêmico, incluindo publicações de 2007 a 2020. **Resultados:** Dos 28 trabalhos encontrados, 12 foram selecionados conforme os critérios pré-estabelecidos e serviram de base para este trabalho. **Conclusões:** A vacina é um recurso necessário para longevidade e qualidade de vida da população, sendo assim, se mostrou necessário a participação da gestão na reavaliação do PNI a fim de estabelecer a equidade de informações para que haja um programa de imunização eficaz e seguro.

Palavras-chave: Organização e administração; vacinação; Sistema Único de Saúde.

Abstract

Introduction: An essential vaccine in the prevention of several diseases There are no SUS guidelines that seek changes to acceptance. **Objective:** seek the management of the policy presented in an article published in the literature. **Methodology:** The methodology used was a systematic literature review, the search was carried out in the Google Scholar database, including publications from 2007 to 2020. **Results:** Of the 28 studies found, 12 were selected according to the pre-established criteria and served as a basis for this job. They contain a necessary resource for equity, being necessary the quality of life of the population, if the participation of the management of the reassessment of the PNI in order to establish an effective and safe immunization equity program.

Keywords: Organization and administration; vaccination; Health Unic System.

1 INTRODUÇÃO

A vacinação é responsável por estimular o corpo a combater vírus e bactérias infecciosas (STEVANIM, 2019). No Brasil ocorreram dois acontecimentos históricos em períodos diferentes que marcaram o processo de imunização no país. Primeiramente, a Revolta da Vacina em 1904, e em 1973 a criação do Programa Nacional de Imunizações (PNI), instituindo uma nova etapa da saúde pública brasileira (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

Com a criação do PNI, o Brasil ganhou grande destaque com uma eficiente política pública de saúde na erradicação de doenças graves e na sua incorporação à outros programas de saúde, como Programa Saúde da Família (PSF) e Programa Saúde na Escola (PSE). Somado a isso, o Sistema Único de Saúde (SUS) disponibiliza gratuitamente pelo Calendário Nacional de Vacinação, todas as vacinas impostas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e utiliza do PSF e PSE para verificar e aconselhar sobre a importância da prática da vacinação (MELO, 2019). Dessa forma, garantir que os indivíduos busquem a vacinação como forma de sustentar sua saúde e a de toda a sociedade é um grande problema em saúde pública (DENIER, 2005).

Apesar da comprovação de alta efetividade, as vacinas podem ser envolvidas em vários debates e questionamentos (CAPLAN, 2008). Os efeitos adversos das vacinas deveriam ser notificados corretamente e conhecidos por toda a população para que a mesma não tirasse suas próprias conclusões sobre reações já esperadas, o que repercute na adesão das campanhas de vacinação e na volta de patologias já controladas (SANTOS, 2019).

O SUS desde a sua criação, intitulou em suas diretrizes valores participativos e democráticos visando apoio e adesão por parte da comunidade. Assim, o sistema de saúde não só permite que a população identifique e corrija possíveis falhas e que proponha soluções a essas, como, também, estimula deliberadamente essa participação (PAIM, 2014).

Nesse cenário de descentralização e democratização da saúde é que surgem movimentos, como o Movimento Antivacina, o qual faz uso de seus direitos para questionar e negar os benefícios dessas (SARAIVA, 2018). Assim, observa-se que fatores como a dúvida sobre a eficiência da imunização, o desconhecimento sobre as doenças e a suspeita em relação aos Serviços Nacionais de Saúde são muito relevantes para a não adesão às políticas de vacina (SANTOS, 2019).

O presente estudo tem por objetivo analisar a gestão da política de vacinação, através da identificação dos fatores que interferem nessa gestão, da apresentação dos conflitos que existem nos programas de vacinação e da avaliação da eficácia das propostas da campanha de vacinação. Considera-se importante obter esse conhecimento como forma positiva na sociedade, pois assim, será possível identificar quais são os obstáculos para se obter uma gestão eficiente da política de vacinação e de que forma pode-se atingir uma boa adesão.

2 METODOLOGIA

Para realizar uma revisão de literatura verificou-se um levantamento bibliográfico na base de dados Google Acadêmico com publicações realizadas entre 2007 e 2020. Foram selecionados como termos de busca os descritores gestão + movimentos antivacina + adesão + números + Brasil + Minas Gerais. Quanto ao idioma, foram incluídos os trabalhos publicados em português. Assim, foram encontrados, inicialmente, 28 trabalhos dos quais 12 foram escolhidos. Além de artigo de revisão, foram usados trabalhos de conclusão de curso, teses de mestrado e doutorado e dissertação de pós-graduação e mestrado.

Os critérios de exclusão adotados referiram-se a não adesão ao tema proposto pelo grupo e ao não direcionamento a gestão. Avaliou-se a pertinência do conteúdo por meio de leitura e avaliação dos trabalhos encontrados. Os trabalhos foram catalogados e as informações necessárias extraídas para compor o artigo de revisão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Eventos adversos na vacinação

Foram encontrados na literatura estudos que correlacionam com a temática de eventos adversos na vacinação.

Na pesquisa qualitativa e quantitativa de Santos & Santana (2019) foi realizado um levantamento bibliográfico de 2014 a 2019 e uma entrevista com 35 profissionais para procurar verificar a experiência de enfermeiros diante de episódios de Evento Adverso Pós-Vacinal (EAPV), seja relacionado a vacina ou não. De resultado, pode-se concluir a necessidade de capacitação para realizar a notificação de EAPV e de maneira adequada, para que os profissionais da área de vacinação e a população tomem conhecimento desses eventos adversos e da importância da notificação, para que não se culpe a vacinação de reações já esperados, ocasionando crenças em tabus, e para realização de estudos nessa vertente da saúde.

Em concordância, Lessa (2013) ressalta também a necessidade de uma política pública para as crianças que desenvolvem algum evento adverso derivado da vacinação, para que as mesmas não sejam ignoradas pelas políticas sanitárias. Proporcionar transparência a esta ideia pode auxiliar a continuidade da convicção da população nas vacinas para monitorizar e eliminar doenças infectocontagiosas.

Fatores que interferem na gestão da política de vacinação

Foram encontrados na literatura estudos que correlacionam com a temática de gestão da política de vacinação.

Foi realizado um estudo que discute o alto contágio e infecção do sarampo, o qual não existe tratamento antiviral específico e seu controle e prevenção depende principalmente da imunização. No trabalho o autor realizou um levantamento de pesquisas e dados científicos atuais, discutindo que a erradicação da doença é uma possibilidade, entretanto existem fatores que impossibilitam atingir essa meta. Ao final, conclui-se que a propagação dos movimentos antivacinação é uma das causas para o aumento de casos da doença e considerou ser uma ameaça à saúde da população. (SANTOS, 2019)

Já Bezerra (2017) realizou um estudo etnográfico com o intuito de averiguar sobre o curso e impacto social da vacina do HPV em uma escola pública do Distrito Federal. A partir da convivência com os sujeitos do campo de estudo, entrevistas com concordância voluntária e conversas informais a autora discute em seu trabalho que fatores culturais, sociais e políticos interferem na adesão sobre a imunização. Em vista disso, aponta que a vacina contra o papilomavírus humano é considerada um benefício para a saúde da população. Entretanto, motivos como a dúvida sobre a eficácia e embates sobre moralidade, sexualidade, governabilidade atuam socialmente na decisão sobre a vacinação.

Ainda, o estudo de Saraiva (2018) revela em como a tecnologia e o rápido processamento de informações e desinformações agem na comunidade quando o assunto é optar ou não pela vacinação de seus filhos. O estudo em questão foi analisado através de um grupo, pertencente ao Facebook, nomeado "Sou contra a vacina do HPV", onde pais de diversas regiões do país compartilharam suas inseguranças e revoltas perante a vacinação contra HPV em seus filhos. No período entre março de 2014 e julho de 2015 foi analisado o conteúdo das postagens referente a esse grupo, as quais através do aplicativo Netvizz foram organizadas e colocadas em ordem de relevância. Assim, foi concluído que a presença de um cenário virtual, onde globaliza o acesso de informações e interações mostra-se uma importante plataforma que possibilita a ampliação da participação da sociedade nos serviços de saúde, no debate e na reformulação das estratégias de comunicação do governo.

Para Fernandes (2019), um dos fatores que proporcionam o movimento antivacina é o discurso de deslegitimação dos profissionais de saúde, em que os pais são considerados os portadores da razão e não fariam algo sem uma real motivação, ao contrário dos profissionais, que estariam divulgando teorias conspiratórias.

O estudo realizado por Ribeiro et al. (2019) buscou destacar os motivos para a queda da cobertura vacinal no município de Colatina-ES, por meio de uma pesquisa biográfica de artigos publicados entre 2017 e 2019, assim como dados disponibilizados no DATASUS e SI-PNI, no qual encontrou-se uma variedade de causas como questões logísticas, negligência, desconhecimento, falta de contato com as doenças do passado, falta de confiança na vacinação e inclusive causas psicológicas dos responsáveis por crianças que deveriam ser vacinadas.

Já o estudo defendido por Teixeira (2018) ressalta, ainda, a presença das “fake news” durante o processo de transmissão de saberes a respeito da vacinação contra febre amarela, além de sua influência direta e indireta em questões políticas e sociais. A autora realizou o estudo através de consultas em arquivos digitais em jornais de língua inglesa, por meio de pesquisa dessas notícias nos dois últimos séculos, analisando o percurso que essas seguiram até a atualidade onde há uma multiplicidade de meios de comunicação e transmissão. Perante a revisão do trabalho, é possível analisar que a disseminação dessas falsas notícias são ferramentas úteis aos famosos grupos antivacinas, os quais se apropriam e difundem como verdadeiras essas informações, a fim de justificarem seus pensamentos e posicionamentos a respeito das vacinas com fundamentos falsamente empíricos. Com isso, já é apontado pelos órgãos da saúde uma redução significativa da adesão social ao calendário de imunização, de modo a evidenciar o quão prejudicial e impactante essas notícias são à saúde geral da sociedade.

Por fim, Silva (2019) ressalta a baixa cobertura vacinal de adolescentes e implica essa situação devido à falta de informação dos mesmos a respeito do assunto. O autor realizou um estudo para avaliar a qualidade da transmissão de conhecimentos a respeito de imunização através de um método de questionamento elaborado a partir de três momentos da pesquisa-ação (BALDISSERA, 2001; COUTINHO; SILVA, 2016; FRANCO, 2016), os quais são investigação, tematização e programa-ação, em jovens do 2º ano do ensino médio de uma escola do município de Betim-MG. De modo que, foi possível analisar que o ensino tradicional de imunização se apresenta de forma fragmentada, sendo contemplada em assuntos diferentes da ciência biológica, o que dificulta no entendimento do aluno. Dessa forma, deve-se considerar a importância de uma abordagem didática a esse conhecimento que corrobora para a compreensão efetiva do aprendiz, gerando uma maior adesão e fomentando a transmissão de saberes e a participação social a longo prazo dos mesmos.

Programa Nacional de Imunizações

Foram encontrados na literatura estudos que correlacionam com a temática Programa Nacional de Imunizações.

No trabalho executado por Manoel & Lopes (2019) conclui-se que essa aproximação entre o público e principalmente os postos de saúde ocorreu de forma positiva, visto que o PNI oferece e assegura vacinas que foram capazes de erradicar algumas patologias no Brasil, como poliomielite e sarampo.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a cobertura vacinal deve ser acima de 95% para que uma doença imunoprevenível seja considerada erradicada em um país. A média de vacinação no Brasil no ano de 2019 estava abaixo de 50% o que perturbou as autoridades da saúde. Diante disso, considera-se ainda um desafio a igualdade na vacinação. (MANOEL; LOPES 2019)

O estudo desenvolvido por Silva (2019), constatou ao fim do trabalho que os planos de ação em saúde desenvolvidos pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS) têm grande relevância na divulgação das informações acerca da vacinação e na compreensão da sua importância tanto dos profissionais de saúde, quanto dos

responsáveis pelas crianças e adolescentes. Além disso, reforça a obrigação das autoridades da saúde pública em realizar as campanhas de vacinação para que as informações corretas atinjam o maior número de pessoas.

De acordo com Melo (2019) a educação em saúde promovida pelo PNI e outros programas é essencial para a preservação da qualidade de vida e promoção da saúde. No entanto, com o crescimento do movimento antivacina e as “fake news” sobre a efetividade da vacina, algumas pessoas estão deixando de lado essa prática, o que reforça o dever dos profissionais e estudantes da área da saúde, do município, dos programas (Programa Saúde da Família- PSF, Programa Saúde na Escola - PSE) em empenhar-se para que a vacina seja um direito de todos.

4 CONCLUSÕES

É estudado e documentado que ao longo da história a humanidade passou por diversas fases e períodos, sendo muitos desses marcados pelo confronto de pragas e doenças que, por vezes, dizimaram milhares e moldaram toda uma sociedade. Assim, é nesse âmbito de caos biológico-social que se destaca a importância direta das vacinas, as quais se mostraram intrinsecamente necessárias para a longevidade e o aumento da qualidade de vida da população em cenário mundial.

Haja visto os desafios atuais para a efetivação do calendário vacinal, é evidenciado que o desconhecimento e desinformação da população acerca da eficácia, benefícios e malefícios de vacinas é a causa primária para a baixa progressiva de adesão das mesmas. Que como consequência geram dúvidas e fomentam a insegurança, de modo a acarretar numa propagação sucessiva de falsas informações.

Além disso, é evidente a necessidade de capacitação de profissionais da saúde para realizarem da notificação de Eventos Adversos Pós-Vacina e implantação de políticas públicas para os indivíduos que desenvolvem essas complicações. Pois a falta de rigor no registro e compartilhamento de informações como essas, ademais da falta de suporte para as pessoas comprometidas, fortalecem os movimentos antivacina.

Logo, mostra-se necessário a participação da gestão de vacinas na reavaliação acerca do PNI, no que diz respeito à transmissão do seu programa. A fim de que prevaleça a objetividade e equidade de informações e resultados de pesquisas. Ainda, é preciso que haja a propagação e atualizações contínuas e aperfeiçoadas de informações aos profissionais de saúde. Para que esses, por meio do contato direto com a população, esclareçam suas dúvidas e desenvolvam um programa de imunização eficaz e seguro.

5 REFERÊNCIAS

- BALDISSERA, Adelina. Pesquisa-ação: uma metodologia do “conhecer” e do “agir” coletivo. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 7, n. 2, p. 05-25, 2001.
- BEZERRA, Natália Almeida. **Quando a vacina entra na escola**. 2017. 223 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- Caplan AL, Schwartz JL. Ethics. *In*: Plotkin SA, Orestein WA, Offit PA. (orgs.). **Vaccines**. Ed. 5, 2008; 1677-1683.
- COUTINHO, Francisco Ângelo; SILVA, Fábio Augusto Rodrigues. **Sequências didáticas: propostas, discussões e reflexões teórico-metodológicas**. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2016.
- FERNANDES, Luís Guilherme Virgílio. Desconstruindo a imagem do “cientista maluco” e adaptando a abordagem do discurso para aumentar a cobertura vacinal. *In*: RUIZ, Marco Antonio Almeida; ARAÚJO, Ligia Mara Boin Menossi de. **Das condições de enunciabilidade no discurso científico: o caso dos estereótipos**. Araraquara: Letraria, 2019, p. 60-77.
- LESSA, Sérgio de Castro. **Vacinação infantil e os eventos adversos pós-vacinação: contribuição da bioética para implantação de políticas compensatórias no Brasil**. 2013. 141 f. Tese (Doutorado em Bioética), Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- MANOEL, Camila Monique da Cruz; LOPES, Jhonatan Gabriel de Paula. **Vacinar ou Não? Percepção e Conhecimento entre Estudantes Universitários**. 2019. 52 f. TCC (graduação), Centro Universitário de Maringá, Maringá, 2019.
- MELO, Marcos Cabral de. **Integração, diálogo e participação popular em ações para melhoria da cobertura vacinal: proposta de um plano de intervenção associado ao Programa Saúde na Escola**. 2019. 27 f. Monografia (especialização), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- BRASIL. Ministério Da Saúde. **Programa Nacional de Imunizações**. Brasília-DF, 2013.
- PAIM, J.S. **O que é o SUS**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.
- SANTOS, Luisa Barbosa dos; SANTANA, Sonia Carvalho de. **A notificação de evento adverso pós-vacinação como instrumento para tomada de decisão do profissional enfermeiro**. 2019. 80 f. TCC (graduação), Faculdade de Educação e Meio Ambiente, Ariquemes, 2019.
- SANTOS, Paula Rosa Marques. **Sarampo: desde a prevenção ao tratamento. Algum dia alcançaremos a erradicação?** 2019. 68 f. Tese (Doutorado), Universidade de Coimbra, Coimbra, 2019.
- SARAIVA, José Eduardo Soares. **Minha filha, minhas regras: análise dos argumentos em um grupo online sobre a implantação da vacina contra o HPV no Brasil**. 2018. 108 f. Dissertação (Mestrado), Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018.
- SILVA, Leonardo Ferreira da. **Ações educativas em enfermagem: sensibilizando pais e familiares sobre a importância da imunização na UBS Jaqueline em Belo Horizonte-Minas Gerais**. 2019. 39 f. Monografia (Especialização), Universidade Federal de Minas Gerais, Lagoa Santa, 2019.

SILVA, Sarah Eliane de Matos. **Vacinação e a apropriação do conhecimento imunológico por alunos do ensino médio: uma abordagem em pesquisa-ação**. 2019. 91 f. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

STEVANIM, L.F. Vacinas contra boatos. *In*: STEVANIM, L.F. **Quem tem medo das vacinas?** Edição 196. Rio de Janeiro: RADIS, 2019, p. 25-35.

RIBEIRO, N. B. P. D. et al. Análise da Adesão da Vacinação no Município de Colatina-Es e os Aspectos Psicossociais Envolvidos. *In*: CESAR, Denise Jovê; MARTINS, Fernanda Andrade; SILVA, Rafaela Ester Galisteu da. **Saúde da Criança e do Adolescente: Políticas Públicas e Educação em Saúde**. Edição 618. 92. Rio Branco: Stricto Sensu, 2019, p. 22-34.

TEIXEIRA, Adriana. **Fake news contra a vida: desinformação ameaça vacinação de combate à febre amarela**. 2018. 97 f. Dissertação (mestrado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

YVONNE, Dernier. On personal responsibility and the human right to healthcare. **Camb. Q. Health Ethics**, v. 14, n. 2, p. 224 – 234, 2005. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/cambridge-quarterly-of-healthcare-ethics/article/abs/on-personal-responsibility-and-the-human-right-to-healthcare/328326EEBC11E4565EC4B541C39DCE72>. Acesso em: 28 maio 2021.